

AMPLITUDE DO PROCESSO SIGNIFICATIVO

Geraldo Mattos

Universidade Federal do Paraná

RESUMO

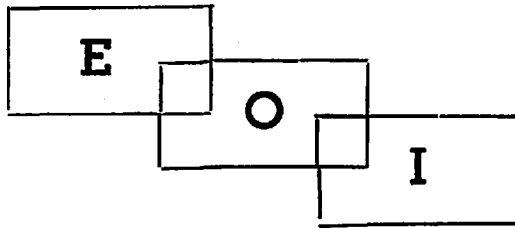
La sekvanta artikolo pritraktas la limojn de la signifaj procedoj, kiuj sin instalas en la fraza kaj en la transfraza organizado de la parolo. Estas studata la statuto de la objektoj, kiuj povas esti memfunkciaj kaj alifunkciaj, naturaj kaj artefaritaj, opakaj kaj diafanaj, kaj estas difinita la signo kiel diafana objekto, kiu rilatas al specifa parcelo de la situacio, kiun ni nomas referanto. De la rilato inter la signo kaj la respektiva referanto devenas la indico kaj la metonimio, la ikono kaj la metaforo, kaj la signalo. Surbaze de tio, estas proponata semiotika teorio, kiu apogas sin sur la hipotezo de transporto, kiu implicas kargon, originon, itineron kaj destinon.

1. INTRODUÇÃO.

Todo comportamento, intrapessoal ou interpessoal, implica uma seqüência rígida de dois momentos:

- a) o momento mental.
- b) o momento motor.

O momento mental é um planejamento do momento motor e fornece ao indivíduo um conjunto de três dados, em que cada um dos posteriores é dependente do anterior: um estímulo (E), que é interpretado pelo momento mental, um objetivo (O), que anula o estímulo descoberto, e um instrumento (I), que permite ao indivíduo assegurar-se do objetivo. Um diagrama nos daria o entrosamento sucessivo desses dados do momento mental:



O momento motor é a execução do planejamento mental e depende de uma decisão de sobrevivência, pessoal ou social, do indivíduo. A passagem de um para outro momento é feita pelo monólogo no comportamento intrapessoal (todos os seres vivos monologam) e pelo diálogo no comportamento interpessoal (alguns seres vivos dialogam).

O diálogo é realizado mediante uma linguagem. Alguns seres vivos adotam a linguagem apenas para a sobrevivência restrita: a linguagem, neste caso, tem apenas a função de comunicar o mundo. Outros seres vivos empregam a linguagem para a sobrevivência irrestrita: a linguagem, neste caso, tem a função de interpretar e comunicar o mundo. Com isso, um irracional pode ter uma linguagem com que namore a companheira (sobrevivência restrita), enquanto o racional pode ter uma linguagem com que aluda à chuva que cai (sobrevivência irrestrita).

Se a linguagem interpreta o mundo, aparecem objetos, que são recortes particulares do mundo, praticados dentro de uma unidade cultural. O objeto se define por sua substância, por sua forma e por sua função, mas a função do objeto importa mais dentro da unidade cultural, porque permite duas classes de objetos: os autofuncionais e os heterofuncionais. Os segundos implicam uma intervenção da cultura: um pedregulho na terra e um pássaro na floresta são autofuncionais, mas o mesmo pedregulho numa catapulta e o mesmo pássaro numa gaiola são heterofuncionais. Os objetos podem ser naturais ou artificiais: ambos podem ser aproveitados pela cultura, mas apenas os segundos são criados por ela. Os objetos podem ser opacos ou transparentes: os opacos permitem a informação mediante o componente interpretativo da linguagem manejada pelo monólogo e, portanto, acessível aos irracionais, enquanto os transparentes transmitem a informação mediante o componente comunicativo da linguagem manejada pelo diálogo, acessível limitadamente aos irracionais e ilimitadamente aos racionais.

Os objetos transparentes se chamam signos e valem apenas pela imagem de espelho que nos fornecem de um segun-

do objeto. Se o segundo objeto for opaco, o signo é lingüístico (o verbo *querer*, por exemplo); se o segundo objeto for transparente, o signo é metalingüístico (o verbo *ordenar*, por exemplo). O segundo objeto é o referente do primeiro.

O signo é um objeto heterofuncional e deve ser criado dentro de uma escala que vai da motivação total à convenção total.

Como o signo tem uma função de revelação, é preciso haver alguma proximidade entre o signo e o respectivo referente.

Entre o signo e o respectivo referente pode haver apenas a proximidade de função: o signo é inteiramente convencional e chama-se sinal. Neste caso, o vínculo singular que prende o signo ao referente é apenas a função do signo. Entre o signo e o respectivo referente pode haver uma proximidade de forma e de função: o signo é um ícone e torna-se parcialmente motivado. Entre o signo e o respectivo referente pode haver uma proximidade de substância, de forma e de função: o signo é um índice e torna-se plenamente motivado. Torna-se um índice o vestido exposto numa vitrina (signo de outros vestidos do mesmo tipo à venda naquela loja), a modelo que desfila com determinado vestuário (signo de outras mulheres que hão de usá-lo) ou o carro mostrado num museu (signo de outros do mesmo tipo, ano, marca e fabricante). Faltando a igualdade de substância, aparece o ícone: a planta de uma casa, o mapa de um caminho ou o desenho de um objeto. Faltando a igualdade de substância e a de forma, o signo é sinal: a maioria das palavras, exceto apenas algumas cujo referente seja um ruído que facilite também a igualdade de forma.

O índice e o ícone implicam uma modalidade restrita de substância e de forma, mas pode haver uma modalidade irrestrita de substância, que produz a metonímia ou a sinédoque, e uma modalidade irrestrita de substância e de forma, que acarreta a metáfora.

Sujeito ao componente interpretativo, todo objeto, opaco ou transparente, permite uma informação e torna-se um vestígio: num dos prédios da Universidade Federal do Paraná existem três portas, servindo a primeira para o expediente, a segunda para o horário de limpeza e a terceira para o emprego da capela, mais comumente por ocasião de uma cerimônia fúnebre, e esta seleção implica que as portas se tornem vestígios e permitam respectivamente a informação de funcionamento normal (primeira porta), de atividade de faxineiras (segunda porta) ou de um acontecimento social (terceira porta). As portas não se tornam signos porque são in-

interpretadas mediante um monólogo. Se o objeto for conscientemente somado ao respectivo vestígio num ato de diálogo, ele se torna um símbolo: a roupa branca do médico, por exemplo. Nesse caso, a roupa branca do médico é um símbolo, mas não se torna um signo, porque ainda incorpora a função extra-semiótica de vestir. Se o símbolo perder a função extra-semiótica, torna-se um signo e pode ser ainda indicial (a espada do militar moderno), icônico (a cruz do Cristianismo) ou convencional (a gravata do passeio completo).

Todo signo tem a capacidade de gerar uma sequência de signos, dotada de transitividade: cada signo anterior pode ser signo de qualquer posterior até que se termine a sequência pelo aparecimento do último referente. Assim, o desenho de talheres à beira de uma estrada é um ícone dos talheres, enquanto esses talheres são um índice de um restaurante: o primeiro signo acumula uma sequência de signos.

O objeto opaco atua por si mesmo, enquanto o signo atua apenas por uma autoridade delegada, devendo a sua força ao indivíduo que o gera: uma cerca impede a passagem, mas uma tabuleta de entrada proibida depende da autoridade do iniciador do diálogo para atuar. Segue-se que todo signo é um ato de violência diminuído. Ou seja: o diálogo é um substituto da violência.

2. COMPORTAMENTO SEMIÓTICO.

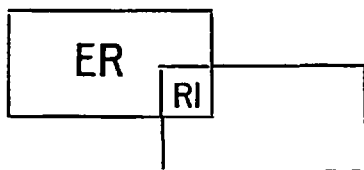
O ato singular do diálogo é resultado das atividades do momento mental: o primeiro indivíduo deve valer-se de um segundo indivíduo a fim de executar o momento motor que há de trazer-lhe o objetivo escolhido.

O primeiro indivíduo torna-se um emissor e investe por isso o segundo indivíduo na função de receptor.

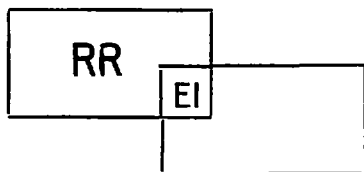
O primeiro indivíduo é um emissor real (ER), que se tornou consciente de um estímulo, de um objetivo e de um instrumento. Entretanto, o emissor real se dirige a um receptor ideal (RI), que é apenas a imagem construída por aquele. O segundo indivíduo é um receptor real (RR), que procura tornar-se consciente do estímulo, do objetivo e do instrumento do primeiro indivíduo, e responde agora a um emissor ideal (EI), porque este é novamente apenas a imagem construída por aquele. Este é, portanto, o paradoxo do diálogo: um emissor real fala a um receptor ideal, enquanto um receptor real responde a um emissor ideal, nenhum deles contactando com quem pensa estar contactando.

Os seguintes diagramas permitem visualizar esse paradoxo:

a) Visão do emissor:



b) Visão do receptor:



O exercício do diálogo requer três competências:

a) Existe uma competência lingüística com um componente frástico, que organiza o limite inferior do enunciado mínimo, e com um componente transfrástico, que organiza o limite superior ao enunciado mínimo.

b) Existe uma competência situacional, que implica o conhecimento do meio e do contexto social em que se manifesta o diálogo: aqui se instala um componente pragmático, que regula as relações entre o emissor e o receptor, e um componente interpretativo, que permite ao comunicante ultrapassar o significado puramente lingüístico do enunciado.

c) Existe uma competência retórica, que permite a dosagem da eficiência do enunciado.

Tome-se por exemplo este enunciado, hipoteticamente proferido por um diretor sentado à sua mesa de trabalho:

— Eu quero assinar um cheque.

O emissor empregou cada uma das competências:

a) Com a competência lingüística construiu um período assertivo, que veicula apenas uma notícia.

b) Com a competência situacional considerou o componente pragmático, para saber-se dotado de grande autoridade e permitir-se diminuir o poder do enunciado, e analisou o componente interpretativo para decidir se o enunciado escolhido era viável (seria penosa a interpretação de um enunciado ainda mais afastado do seu objetivo, como este: eu quero pagar uma conta).

c) Com a competência retórica, o emissor substituiu um enunciado imperativo mediante um enunciado assertivo.

O receptor também atendeu a cada uma das competências:

a) Decodificou o enunciado assertivo, ao nível linguístico.

b) Analisou o meio e o contexto social, ao nível situacional.

c) Descobriu um enunciado imperativo, ao nível retórico.

Feito isso, veio a resposta:

— Aqui está uma caneta.

Esse conjunto de competências é que permite o diálogo e distingue o valor do mesmo enunciado em situações diversas:

a) Numa barca (de alguém para alguém de calça e camisa):

— Você não sabe nadar?

— O barco é seguro.

b) Numa praia (de alguém para alguém sentado na areia):

— Você não sabe nadar?

— Eu vim aqui para ver.

Considerado o ato de diálogo, é preciso distinguir entre o significado frástico e o transfrástico.

O significado frástico total é um conjunto de um significado fônico e de um significado prosódico (ou também fônico, em algumas línguas):

— Vai chover.

O significado fônico alude a um dado da experiência, enquanto o prosódico veicula esse dado como uma notícia, que se pode aceitar ou refutar.

O significado transfrástico é composto de um objetivo e de um assunto. O assunto é o meio de alcançar-se o objetivo imposto pelo estímulo, somando por isso os significados fônico e prosódico, enquanto o objetivo só pode ser descoberto pela competência situacional, combinada com a competência retórica. Ambos, assunto e objetivo, constituem a mensagem, que se soma ao texto para gerar o discurso.

Assim, ao nível do diálogo, o período anterior (Vai chover.) vai ser interpretado, além de outras, por uma destas maneiras:

— Não saia (ordem dada a um filho).

— Leve o guarda-chuva (conselho dado ao marido).

A diferença entre a ordem ao filho e o conselho ao marido depende do componente pragmático.

O nível do diálogo permite a criação de novos signos numa modalidade irrestrita de signo indicial, baseada no poder de revelação entre dois referentes do ambiente do diálogo,

um dos quais revela o outro: quando se emprega o revelador em lugar do revelado, tem-se uma metonímia, enquanto se tem uma sínédoque ao usar-se o revelado em lugar do revelador. O revelador implica o revelado:

— Se chove, não se sai.

— Se se leva um guarda-chuva, espera-se chuva.

Assim, a ordem dada ao filho é uma metonímia, enquanto o conselho dado ao marido é uma sínédoque. Ambas são determinadas pelo componente retórico. Em ambas, o componente pragmático diminuiu a autoridade do emissor e aumentou a iniciativa do receptor.

Deixa-se aqui de considerar a existência de elementos paralingüísticos, que servem de vestígios para a interpretação correta da mensagem a nível de diálogo em presença. Assim, o seguinte texto implica uma obediência, se o rosto se mantiver sério, e uma desobediência, se o rosto se abrir num sorriso:

— É claro que vamos obedecer.

3. TEORIA SEMIÓTICA.

A teoria lingüística comumente descreve ou descreve e explica o comportamento lingüístico do comunicante, emissor ou receptor, apenas nos limites da organização frástica. A zona transfrástica tem sido deixada para a análise do discurso, encarada como um adendo ou uma sobrecarga à teoria lingüística. Entretanto, é preciso considerar que uma teoria lingüística deve, além de fornecer um modelo de produção do enunciado mínimo, também precisar o estatuto do significado desse enunciado mínimo num ato real de diálogo e indicar um modelo das possíveis seqüências de enunciados mínimos.

Se se chama unidade à estrutura mínima, o vocábulo é a estrutura mínima da faixa frástica, enquanto o período é a estrutura mínima da faixa transfrástica. Entretanto, existe uma diferença nítida entre o período como signo máximo da faixa frástica e esse mesmo período como signo mínimo da faixa transfrástica, em que ele se transforma agora num discurso mínimo, como se comprovou com o enunciado /vai chover./. Além dessa diferença entre significado e mensagem, é preciso indicar as circunstâncias do seguinte período. Assim, cada um deles, o filho ou o pai, poderia refutar a intervenção do emissor:

— Eu tenho aula.

— Eu vou para o Senac. (A escola tem garagem coberta.)

Para dar-se ainda conta de toda a competência comunicativa, é preciso incorporar um modelo que discipline as competências situacional e retórica.

Com tudo isso, sai-se da teoria lingüística e entra-se na teoria semiótica.

Parece promissora a hipótese de que todo conjunto significativo seja analisado pelos termos de um trajeto, que fica sendo o princípio organizador do conjunto.

Um trajeto implica uma carga (C), que se desloca de uma origem (O), segue um percurso (P) e busca um destino (D). O conjunto desses elementos determina o trajeto (T).

O trajeto aplica-se ao nível frástico:

— O menino foi de casa para a escola pelo bosque.

C	T	O	D	P
---	---	---	---	---

O trajeto aplica-se ao nível transfrástico:

Lavrou. Plantou. Colheu.

O	C	D
---	---	---

Em qualquer dos níveis, o signo é uma carga, em que o significado é uma origem e o significante é um destino.

No componente situacional, o estímulo é uma origem, o instrumento é um percurso e o objetivo é um destino.

No componente retórico, a metonímia é uma origem empregada em lugar de uma carga, enquanto a sinédoque é um destino empregado em lugar de uma carga. A metáfora é a troca entre duas origens da mesma carga. Pode-se ainda pensar numa metáfora que seja a troca entre dois destinos da mesma carga, mas essa ainda não foi objeto de pesquisa da teoria retórica.

4. CONCLUSÃO.

Não cabe aos estreitos limites de um artigo o exame de todas as possibilidades da hipótese do trajeto como suporte de uma teoria semiótica, mas pode-se inferir que a facilidade de aplicá-la, apenas a título de exemplo, a tantos setores envolvidos no ato do diálogo seja uma esperança de que esse caminho seja viável.

BIBLIOGRAFIA

- CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- MATTOS, Geraldo. *Proposta de uma teoria produtivo-conformacional da linguagem*. Curitiba, autor, 1982.